

CONSTRUTORA ADOLPHO LINDENBERG S.A. E CONTROLADAS

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS

PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2016 E DE 2015

(Valores expressos em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

1. CONTEXTO OPERACIONAL

A Construtora Adolpho Lindenberg S.A. ("CAL" ou "Companhia") foi constituída em 13 de julho de 1962, atua sob a forma de sociedade anônima de capital aberto e tem sua sede na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Rua Joaquim Floriano, 466 - 2º andar, Edifício Corporate - Bloco C.

Atualmente, suas operações compreendem a execução e administração de obras de construção civil em geral, serviços de empreitada, por conta própria ou de terceiros, e incorporações de empreendimentos imobiliários. Adicionalmente, tem como objetivo a participação no capital social em outras sociedades, como sócia, cotista ou acionista.

A aquisição do controle da Companhia em 2008 pela LDI Desenvolvimento Imobiliário S.A. ("LDI") foi realizada, principalmente, em virtude da qualidade e força da marca "Adolpho Lindenberg".

2. APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

a) Base de elaboração

As principais práticas contábeis utilizadas na preparação das demonstrações financeiras (controladora e consolidado) em 31 de dezembro de 2016 foram aplicadas de modo consistente às práticas contábeis adotadas nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas referentes aos exercícios findos em 31 de dezembro de 2016 e de 2015.

As demonstrações financeiras individuais e consolidadas, foram preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, que compreendem as disposições contidas na Lei das Sociedades por Ações, pronunciamentos, interpretações e orientações emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC e aprovadas pela Comissão de Valores Mobiliários - CVM, que estão em conformidade com as "International Financial Reporting Standards - IFRS", emitidas pelo "International Accounting Standards Board - IASB", aplicáveis a entidades de incorporação imobiliária no Brasil aprovadas pelo CPC, pela CVM e pelo Conselho Federal de Contabilidade - CFC, incluindo a orientação técnica OCPC 04 - Aplicação da Interpretação Técnica ICPC 02 às Entidades de Incorporação Imobiliária Brasileira, no que diz respeito ao reconhecimento da receita e respectivos custos e despesas decorrentes de operações de incorporação imobiliária durante o andamento da obra (método da percentagem completada - POC), neste caso refletido no resultado de equivalência patrimonial sobre determinadas sociedades coligadas indiretas.

A Administração da Companhia declarou que todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, estão sendo evidenciadas, e que correspondem às utilizadas por ela na sua gestão.

b) Base de apresentação

As demonstrações financeiras consolidadas são preparadas em conformidade com os princípios de consolidação emanados da legislação societária brasileira e pelo pronunciamento técnico CPC 36 (R3) - Demonstrações Consolidadas e compreendem as informações financeiras da Companhia e de suas sociedades controladas, mencionadas na nota explicativa nº 9.

Empresa	Critério de consolidação	% de participação em 31/12/2016	% de participação em 31/12/2015
		Direta	Direta
Cal Construtora e Serviços de Mão de Obra Ltda.	Integral	100,00	100,00
Lindenberg São Paulo Incorporadora Ltda.	Integral	100,00	100,00
Adolpho Lindenberg Construtora Ltda.	Integral	100,00	100,00

As práticas contábeis são consistentemente aplicadas em todas as empresas consolidadas.

3. PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS

3.1. Julgamentos e estimativas contábeis

Na preparação das demonstrações financeiras são adotados julgamentos e avaliação de premissas para o reconhecimento das estimativas no registro de determinados ativos, passivos e outras operações como: impostos diferidos, provisões para garantias, provisão para demandas judiciais e provisão para créditos de liquidação duvidosa, entre outros. Os resultados a serem apurados quando da concretização dos fatos que resultaram no reconhecimento dessas estimativas, poderão ser diferentes dos valores reconhecidos nas presentes demonstrações financeiras. A Administração monitora e revisa periodicamente essas estimativas contábeis e suas premissas.

3.2. Caixa e equivalentes de caixa

São mantidos com a finalidade de atender a compromissos de caixa de curto prazo, e não para investimento ou outros fins. A Companhia considera equivalentes de caixa uma aplicação financeira de conversibilidade imediata em um montante conhecido de caixa e estando sujeita a um insignificante risco de mudança de valor.

3.3. Imóveis a comercializar

Referem-se aos lotes e estão demonstrados ao custo de aquisição, que não excede o seu valor líquido realizável.

3.4. Investimentos

Os investimentos da Companhia em suas controladas são avaliados com base no método de equivalência patrimonial.

A participação em controlada que apresenta situação de patrimônio líquido negativo foi registrada no passivo não circulante.

Outros investimentos são avaliados com base no custo de aquisição e submetidos ao teste anual do valor recuperável ("impairment").

3.5. Perda por redução ao valor recuperável

A Administração revisa anualmente o valor contábil líquido dos ativos com o objetivo de avaliar eventos ou mudanças nas circunstâncias econômicas, operacionais ou tecnológicas que possam indicar deterioração ou perda de seu valor recuperável. Quando tais evidências são identificadas, e o valor contábil líquido excede o valor recuperável, é constituída provisão para deterioração ajustando o valor contábil líquido ao valor recuperável.

3.6. Outros ativos e passivos (circulantes e não circulantes)

Um ativo é reconhecido no balanço patrimonial quando for provável que seus benefícios econômicos futuros serão gerados em favor da Companhia e seu custo ou valor puder ser mensurado com segurança. Um passivo é reconhecido no balanço patrimonial quando a Companhia possui uma obrigação legal ou constituída como resultado de um evento passado, sendo provável que um recurso econômico seja requerido para liquidá-lo. Aos passivos são acrescidos, quando aplicável, os correspondentes encargos e as variações monetárias incorridos até a data do balanço. As provisões são registradas tendo como base as melhores estimativas do risco envolvido.

3.7. Imposto de renda e contribuição social

O imposto de renda e a contribuição social correntes são calculados e registrados com base no resultado do exercício ajustado de acordo com a legislação fiscal vigente. O imposto de renda e a contribuição social diferidos são calculados com base nas diferenças temporárias e em prejuízos fiscais e bases negativas de contribuição social à alíquota de 34%. Conforme facultado pela legislação tributária, determinadas empresas controladas optaram pelo regime de tributação com base no lucro presumido e patrimônio de afetação.

A base de cálculo do imposto de renda e da contribuição social é a razão de 32% sobre as receitas brutas provenientes da prestação de serviços e 100% das receitas financeiras, sobre as quais se aplica a alíquota regular de 15%, acrescida do adicional de 10% para imposto de renda e de 9% para contribuição social.

3.8. Apuração do resultado de prestação de serviços

Os valores das receitas e dos custos provenientes de prestação de serviços são apropriados ao resultado conforme sua execução, em conformidade com o período de competência.

3.9. Apuração do resultado com venda de imóveis

Na apropriação da receita e resultado com a venda de imóveis, nas sociedades investidas, não consolidadas, Toliara Incorporações SPE Ltda., Amadora Incorporação Ltda., Lion Incorporação SPE Ltda. e Acireale Incorporação SPE Ltda., são observados os procedimentos estabelecidos pelos pronunciamentos, pelas orientações e pelas interpretações técnicos do CPC inerentes aos contratos de construção e aos contratos de construção do setor imobiliário, determinados pelos pronunciamento técnico CPC 30 (R1) – Receitas e CPC 12 - Ajuste a Valor Presente, pela orientação técnica OCPC 01 (R1) - Entidades de Incorporação Imobiliária, pela interpretação técnica ICPC 02 - Contrato de Construção do Setor Imobiliário e pela orientação técnica OCPC 04 - Aplicação da Interpretação Técnica ICPC 02 às Entidades de Incorporação Imobiliária.

A receita com venda de unidades imobiliárias é mensurada pelo valor efetivamente contratado, sendo os valores de contas a receber, calculados a valor presente considerando os prazos dos recebimentos futuros.

Nas vendas de unidades imobiliárias são adotadas as seguintes premissas para reconhecimento do resultado:

- A partir do momento em que o empreendimento imobiliário lançado não mais estiver sob os efeitos da correspondente cláusula suspensiva constante em seu memorial de incorporação, é apurado o percentual do custo incorrido das unidades imobiliárias vendidas (incluindo o terreno), em relação ao seu custo total orçado, sendo esse percentual aplicado sobre a receita das unidades imobiliárias vendidas, ajustada segundo as condições dos contratos de venda, sendo assim determinado o montante das receitas a serem reconhecidas.
- O montante das receitas com venda de unidades imobiliárias, conforme descrito no parágrafo anterior, incluindo a atualização monetária, líquido das parcelas já recebidas, é contabilizado como contas a receber.

O custo incorrido (incluindo o custo do terreno) correspondente às unidades imobiliárias vendidas é apropriado ao resultado, conforme anteriormente mencionado.

- Se surgirem circunstâncias que possam alterar as estimativas originais de receitas, custos ou a extensão do prazo para a conclusão dos empreendimentos imobiliários, as estimativas iniciais são revisadas. Essas revisões podem resultar em aumentos ou reduções das receitas ou custos estimados e são refletidas no resultado no exercício que a Administração tomou conhecimento das circunstâncias que originaram as revisões.

3.10. Lucro básico e diluído por ação

O lucro básico por ação é calculado dividindo-se o lucro atribuível aos titulares de ações ordinárias da Companhia pelo número médio ponderado de ações ordinárias em poder dos acionistas durante o exercício.

Não há direitos sobre o lucro diferenciado entre as ações preferenciais e ordinárias. Dessa forma, o resultado por ação será o mesmo para ambas as classes de ações.

3.11. Provisões

Geral

Provisões são reconhecidas quando a Companhia tem uma obrigação presente (legal ou não formalizada) em consequência de um evento passado, em que seja provável que benefícios econômicos sejam requeridos para liquidar a obrigação e uma estimativa confiável do valor da obrigação possa ser feita. Quando a Companhia espera que o valor de uma provisão seja reembolsado, no todo ou em parte, por exemplo, por força de um contrato de seguro, o reembolso é reconhecido como um ativo separado, mas apenas quando o reembolso for praticamente certo.

A despesa relativa a qualquer provisão é apresentada na demonstração do resultado, líquida de qualquer reembolso.

Provisões para riscos tributários, cíveis e trabalhistas

A Companhia é parte em processos judiciais e administrativos. Provisões são constituídas para todas as contingências referentes a processos judiciais para os quais é provável que uma saída de recursos seja feita para liquidar a contingência/obrigação e uma estimativa razoável possa ser feita. A avaliação da probabilidade de perda inclui a avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, as jurisprudências disponíveis, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como a avaliação dos advogados

externos. As provisões são revisadas e ajustadas para levar em conta alterações nas circunstâncias, tais como prazo de prescrição aplicável, conclusões de inspeções fiscais ou exposições adicionais identificadas com base em novos assuntos ou decisões de tribunais.

3.12. Instrumentos financeiros

Reconhecimento inicial e mensuração

A Companhia determina a classificação de seus ativos e passivos financeiros no momento de seu reconhecimento inicial, quando ele se torna parte das disposições contratuais do instrumento.

Ativos e passivos financeiros são reconhecidos inicialmente ao valor justo, acrescidos dos custos de transação que sejam diretamente atribuíveis à operação.

Os ativos financeiros da Companhia incluem caixa e equivalentes de caixa, contas a receber de clientes e outros recebíveis. Os passivos financeiros da Companhia incluem contas a pagar a fornecedores, empréstimos e financiamentos e outras contas a pagar.

Desreconhecimento (baixa)

Um ativo financeiro (ou, quando for o caso, uma parte de um ativo financeiro ou parte de um grupo de ativos financeiros semelhantes) é baixado quando:

- Os direitos de receber fluxos de caixa do ativo expirarem.
- A Companhia transferiu os seus direitos de receber fluxos de caixa do ativo ou assumiu uma obrigação de pagar integralmente os fluxos de caixa recebidos, sem demora significativa, a um terceiro por força de um acordo de "repasse".
 - a) A Companhia transferiu substancialmente todos os riscos e benefícios do ativo.
 - b) A Companhia não transferiu nem reteve substancialmente todos os riscos e benefícios relativos ao ativo, mas transferiu o controle sobre o ativo.

Quando um passivo financeiro existente é substituído por outro do mesmo mutuante com termos substancialmente diferentes, ou os termos de um passivo existente forem significativamente alterados, essa substituição ou alteração é tratada como baixa do passivo original e reconhecimento de um novo passivo, sendo a diferença nos correspondentes valores contábeis reconhecida na demonstração do resultado.

Um passivo financeiro é baixado quando a obrigação for revogada, cancelada ou expirada.

3.13. Demonstrações do valor adicionado

As demonstrações do valor adicionado são preparadas e estão apresentadas de acordo com a Deliberação CVM nº 557, de 12 de novembro de 2008 que aprovou o pronunciamento técnico CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado, emitido pelo CPC. Essas demonstrações possuem por finalidade evidenciar a riqueza criada pela Companhia, bem como a sua distribuição durante determinado período, sendo apresentada, conforme requerido pela legislação societária brasileira, como parte do conjunto das demonstrações financeiras da controladora e como informação suplementar às demonstrações financeiras consolidadas.

3.14. Normas e interpretações novas e revisadas em 2016

Pronunciamento	Descrição
Alterações à IFRS 10, IFRS 12 e IAS 28	Entidades de Investimento: Aplicando a Exceção de Consolidação
Alterações à IFRS 11	Contabilizações de Aquisições de Participações em Operações Conjuntas
Alterações à IAS 1	Iniciativa de Divulgação

A Administração da Companhia avaliou essas novas normas e interpretações e a conclusão é que não houve impacto decorrente da adoção destas novas normas.

3.15. Normas e interpretações novas e revisadas já emitidas e ainda não adotadas

A Companhia e suas controladas não adotaram as IFRS novas e revisadas e ainda não vigentes mencionadas a seguir:

Pronunciamento	Descrição
IFRS 9	Instrumentos Financeiros (b)
IFRS 15	Receitas de Contratos com Clientes (b)
IFRS 16	Arrendamentos (c)
Alterações à IFRS 2	Classificação e Mensuração de Transações de Pagamentos Baseados em Ações
Alterações à IFRS 10 e IAS 28	Venda ou Contribuição de Ativos entre um Investidor e sua Coligada ou "Joint Venture" (d)
Alterações à IAS 7	Iniciativa de Divulgação (d)
Alterações à IAS 12	Reconhecimento de Impostos Diferidos Ativos para Perdas a Realizar (a)
IFRIC 22	Transações com Adiantamentos em Moedas Estrangeiras (b)
Melhorias Anuais	Ciclo de IFRSs 2014-2016 (a) (b)
Alterações à IAS 40	Transferência de Propriedades de Investimentos (b)

(a) Em vigor para períodos anuais iniciados em ou após 1º de janeiro de 2017, com adoção antecipada permitida.

(b) Em vigor para períodos anuais iniciados em ou após 1º de janeiro de 2018, com adoção antecipada permitida.

(c) Em vigor para períodos anuais iniciados em ou após 1º de janeiro de 2019, com adoção antecipada permitida.

(d) Em vigor para períodos anuais iniciados em ou após uma data a ser determinada.

É esperado que esses pronunciamentos sejam emitidos pelo CFC de modo que sejam aplicados a partir de sua aplicação obrigatória, conforme previsto pelas normas contábeis.

A Administração da Companhia ainda não avaliou as novas normas, mas não espera impactos significativos em virtude da natureza desses pronunciamentos.

4. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2016	31/12/2015	31/12/2016	31/12/2015
Caixas e bancos	40	50	325	191
Aplicações financeiras (*)	905	128	6.408	17.929
	<u>945</u>	<u>178</u>	<u>6.733</u>	<u>18.120</u>

- (*) As aplicações financeiras referem-se a Certificados de Depósito Bancário - CDB e operações compromissadas, remuneradas a taxas entre 75% e 101% do Certificado de Depósito Interbancário - CDI e para as quais não há restrições para resgate imediato.

As operações compromissadas são títulos emitidos pelos bancos com o compromisso de recompra do título por parte do banco, e de revenda pelo cliente, com taxas definidas, e prazos pré-determinados, lastreados por títulos privados ou públicos dependendo da disponibilidade do banco e são registradas na CETIP.

5. CONTAS A RECEBER DE CLIENTES

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2016	31/12/2015	31/12/2016	31/12/2015
Contas a receber por serviços prestados (a)	473	1.457	10.901	11.997
Contas a receber por venda de imóveis (b)	-	-	2.019	1.766
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	-	-	(210)	(210)
	<u>473</u>	<u>1.457</u>	<u>12.710</u>	<u>13.553</u>
Circulante	473	1.457	11.210	11.546
Não circulante	-	-	1.500	2.007

- (a) Contas a receber de clientes decorrentes de serviços de empreitada global, taxa de administração de obras e assistência técnica.
- (b) Saldo de contas a receber decorrente da venda de unidades imobiliárias concluídas. O saldo é atualizado com juros da Tabela Price de 12% ao ano e variação do Índice Geral de Preços de Mercado - IGP-M, da Fundação Getúlio Vargas - FGV.

O saldo não circulante em 31 de dezembro de 2016 e de 2015 apresentava o seguinte cronograma de vencimentos:

<u>Ano de vencimento</u>	Consolidado	
	31/12/2016	31/12/2015
2017	-	1.102
2018	421	191
2019	235	167
Após 2019	844	547
	<u>1.500</u>	<u>2.007</u>

6. IMPOSTOS A RECUPERAR

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2016	31/12/2015	31/12/2016	31/12/2015
COFINS retido a recuperar	45	47	206	103
CSLL retido a recuperar	15	79	265	392
IRRF sobre aplicação financeira	39	37	106	108
IRRF sobre serviços	55	117	522	669
PIS retido a recuperar	10	10	45	22
INSS a recuperar	-	2	-	2
Outros impostos a recuperar	2	2	2	2
	<u>166</u>	<u>294</u>	<u>1.146</u>	<u>1.298</u>

7. IMÓVEIS A COMERCIALIZAR

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2016	31/12/2015	31/12/2016	31/12/2015
Estoques de terrenos (lotes)	501	582	1.356	1.625
Provisão para desvalorização (*)	(250)	(291)	(678)	(812)
	<u>251</u>	<u>291</u>	<u>678</u>	<u>813</u>

(*) Provisão referente à desvalorização dos terrenos em estoque.

8. PARTES RELACIONADAS

a) Receitas com partes relacionadas

Conforme demonstrado a seguir, parte substancial das receitas de serviços prestados pela Companhia e suas controladas em 31 de dezembro de 2016 e de 2015 decorre de contratos firmados com empresas ligadas, principalmente as sociedades investidas da controladora Lindencorp Participações e Incorporações Ltda.:

	Consolidado	
	31/12/2016	31/12/2015
Receita bruta com partes relacionadas	31.065	50.752
Receita bruta com terceiros	280	80
	<u>31.345</u>	<u>50.832</u>
Representatividade com pessoas ligadas	99,11%	99,84%

Os serviços prestados referem-se principalmente à construção, assistência técnica e administração de obras e foram contratados a taxas que variam de 7,26% a 9% do custo das obras.

b) Contas correntes com partes relacionadas

	31/12/2016	
	Controladora	Consolidado
	Ativo	Ativo
Lindenberg São Paulo Incorporadora Ltda. (i)	2.616	-
Cal Construtora e Serviços de Mão de Obra Ltda. (i)	1.720	-
Acireale Incorporação SPE Ltda. (i)	-	20
Lion Incorporação SPE Ltda. (i)	-	160
Amadora Incorporação Ltda. (ii)	-	1.333
Toliara Incorporação SPE Ltda. (ii)	-	1.841
	<u>4.336</u>	<u>3.354</u>

(i) Representam contas correntes com partes relacionadas sem vencimento determinado ou cobrança de encargos financeiros.

(ii) Representam redução de capital a receber de controladas.

c) Remuneração de administradores e diretores

Em Assembleia Geral Ordinária realizada no dia 22 de março de 2016 foi aprovada a remuneração global máxima anual dos administradores da Companhia para o exercício de 2016 em até R\$3.000, mesmo valor aprovado no exercício de 2015.

No exercício findo em 31 de dezembro de 2016, o montante pago aos administradores foi de R\$647 (R\$1.103 em 2015), registrados nas rubricas de custo dos serviços prestados e despesas gerais e administrativas.

9. INVESTIMENTOS

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2016	31/12/2015	31/12/2016	31/12/2015
Investimentos em controladas e coligadas (a)	28.081	28.115	20.775	13.860
Total de investimentos	28.081	28.115	20.775	13.860
Provisão para perdas com controladas (*)	(3.126)	-	-	-
Total líquido de investimentos	24.955	28.115	20.775	13.860

(*) Participações societárias avaliadas pelo método de equivalência patrimonial. Quando o patrimônio líquido está negativo, são apresentadas no passivo não circulante da Companhia.

As principais informações das participações societárias diretas e a composição dos investimentos, são como segue:

Em 31 de dezembro de 2016

Investidas	Controladora								
	Ativo		Passivo		Patrimônio líquido	Resultado do exercício	Participação (%)	Investimento	Equivalência patrimonial
	Circulante	Não circulante	Circulante	Não circulante					
Cal Construtora e Serviços de Mão de Obra Ltda.	12.431	323	6.322	9.558	(3.126)	(113)	100,00	(3.126)	(113)
Lindenberg São Paulo Incorporadora Ltda.	7.739	21.180	19	2.627	26.273	9.245	100,00	26.273	9.245
Adolpho Lindenberg Construtora Ltda.	539	1.401	63	69	1.808	2.528	100,00	1.808	2.528
								24.955	11.660
Investimentos em controladas								28.081	
Provisão para perdas com controladas								(3.126)	
Investidas	Consolidado								
	Ativo		Passivo		Patrimônio líquido	Resultado do exercício	Participação (%)	Investimento	Equivalência patrimonial
	Circulante	Não circulante	Circulante	Não circulante					
Toliara Incorporações SPE Ltda. (*)	10.602	4.035	7.413	21	7.203	9.802	30,00	2.161	2.941
Amadora Incorporação Ltda. (*)	34.238	12.476	22.657	19.239	4.818	3.685	10,00	482	369
Lion Incorporação SPE Ltda. (*)	27.611	21.901	2.355	2.256	44.901	15.709	40,00	17.960	3.967
Acireale Incorporação SPE Ltda.	9.227	-	1.047	6.460	1.720	(380)	10,00	172	(38)
								20.775	7.239

Em 31 de dezembro de 2015

Investidas	Controladora								
	Ativo		Passivo		Patrimônio líquido	Resultado do exercício	Participação (%)	Investimento	Equivalência patrimonial
	Circulante	Não circulante	Circulante	Não circulante					
Cal Construtora e Serviços de Mão de Obra Ltda.	15.958	3.252	9.865	9.331	14	1.691	100,00	14	1.691
Lindenberg São Paulo Incorporadora Ltda.	3.262	14.135	32	14	17.351	4.312	100,00	17.351	4.312
Adolpho Lindenberg Construtora Ltda.	9.839	1.219	256	52	10.750	7.485	100,00	10.750	7.485
								28.115	13.488
Investidas	Consolidado								
	Ativo		Passivo		Patrimônio líquido	Resultado do exercício	Participação (%)	Investimento	Equivalência patrimonial
	Circulante	Não circulante	Circulante	Não circulante					
Toliara Incorporações SPE Ltda. (*)	39.977	12.643	13.664	-	38.956	5.855	30,00	11.687	1.757
Amadora Incorporação Ltda. (*)	22.435	20.673	5.208	16.170	21.730	2.864	10,00	2.173	286
								13.860	2.043

(*) Sociedades com empreendimento imobiliário em andamento, sendo os registros contábeis efetuados, segundo os critérios estabelecidos pela orientação técnica OCPC 04. Não são consolidadas em função da controlada Lindenberg São Paulo Incorporadora Ltda. não deter o controle.

A movimentação dos investimentos para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2016 e 2015 é como segue:

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2016	31/12/2015	31/12/2016	31/12/2015
Saldos no início do exercício, líquidos	28.115	15.887	13.860	11.986
Integralização de capital, líquido de redução	7.610	5.021	(2.407)	711
Aquisição de participação (a)	-	-	22.927	-
Dividendos recebidos	(14.700)	(6.281)	(14.919)	(450)
Equivalência patrimonial	11.660	13.488	7.239	2.043
Ganho de capital na distribuição desproporcional de dividendos	-	-	1.820	405
Perda da compra de participação (a)	(7.730)	-	(7.745)	-
Realização do investimento (b)	-	-	-	(835)
Saldos no fim do exercício, líquidos	24.955	28.115	20.775	13.860

- (a) Em março de 2016, através de contrato particular de compra e venda de quotas, a controlada Lindenberg São Paulo Incorporadora Ltda. adquiriu da empresa do Grupo Lindencorp Participações e Incorporações Ltda. a parcela de 20% da participação societária da Lion Incorporação SPE Ltda. O patrimônio líquido adquirido foi de R\$6.547 pelo montante de R\$10.781, gerando uma perda de R\$4.234, registrado no patrimônio líquido na rubrica reserva especial. Adicionalmente, em setembro de 2016 a controlada Lindenberg São Paulo Incorporadora Ltda. adquiriu 20%, resultando em 40% de participação societária da Lion Incorporação SPE Ltda. O patrimônio líquido adquirido foi de R\$8.465 pelo montante de R\$11.950 liquidado durante o exercício de 2016, gerando uma perda de R\$3.485, registrado no patrimônio líquido na rubrica reserva especial.

Em abril de 2016, através de instrumento particular de compra e venda de quotas, a controlada Lindenberg São Paulo Incorporadora Ltda. adquiriu da empresa do Grupo Lindencorp Participações e Incorporações Ltda. a parcela de 10% da participação societária da Acireale Incorporação SPE Ltda. O patrimônio líquido adquirido foi de R\$102 pelo montante de R\$113, gerando uma perda de R\$11, registrado no patrimônio líquido na rubrica reserva especial.

- (b) Liquidação da operação com a investida Dom Pedro Empreendimento Imobiliário SPE Ltda., mantida a custo, gerando um ganho de R\$1.721 registrado sob a rubrica "Outras receitas operacionais líquidas".

10. OBRIGAÇÕES TRIBUTÁRIAS PARCELADAS

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2016	31/12/2015	31/12/2016	31/12/2015
Parcelamento da Lei nº 11.941/09 - REFIS IV (a)	1.905	2.295	2.594	3.281
PPI - Prefeitura de São Paulo (b)	555	671	555	671
	2.460	2.966	3.149	3.952
Circulante	640	591	760	703
Não circulante	1.820	2.375	2.389	3.249

A movimentação das obrigações tributárias parceladas para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2016 e de 2015 é como segue:

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2016	31/12/2015	31/12/2016	31/12/2015
Saldo no início do exercício	2.966	3.293	3.952	4.305
Juros	324	283	389	363
Amortização	(830)	(610)	(1.192)	(716)
Saldo no fim do exercício	<u>2.460</u>	<u>2.966</u>	<u>3.149</u>	<u>3.952</u>

(a) Parcelamento da Lei nº 11.941/09 - REFIS IV

Em 27 de maio de 2009, por meio da Lei nº 11.941/09 e da Portaria Conjunta PGFN/RFB nº 06/09, a Receita Federal do Brasil instituiu o Programa de Parcelamento Especial, chamado de REFIS IV. A opção pelos parcelamentos de que trata essa Lei importa confissão irrevogável e irretratável dos débitos em nome do sujeito passivo na condição de contribuinte para compor os referidos parcelamentos e configura confissão extrajudicial. Esse programa permite o parcelamento, em até 180 meses, de dívidas tributárias existentes vencidas até 30 de novembro de 2008, bem como débitos originados de autuações lavradas pela Secretaria da Receita Federal, sendo obrigatória a desistência de eventual discussão judicial sobre tais débitos.

Em 27 de novembro de 2009, a Companhia formalizou a opção pelo parcelamento, com prazo que varia entre 30 e 180 meses, dependendo da natureza dos débitos e até esta data vem cumprindo os requisitos legais para a manutenção do referido programa. Ressalta-se que a permanência do contribuinte no programa está vinculada à inexistência de atraso no pagamento das parcelas e, no que for aplicável, desistência das ações relativas aos débitos parcelados.

Esse parcelamento prevê, entre outros: (i) o abatimento de determinado percentual dos valores devidos de multa e juros, dependendo do prazo de pagamento a ser determinado pela Companhia; e (ii) a utilização do saldo de prejuízos fiscais de imposto de renda e base negativa de contribuição social dos valores remanescentes de multa e juros.

(b) PPI - Prefeitura de São Paulo

No exercício de 2006, os débitos municipais em aberto foram objeto do Programa de Parcelamento Incentivado - PPI com a Prefeitura do Município de São Paulo. O saldo do parcelamento está sujeito à atualização pela taxa Selic, podendo ser pago em até 120 meses.

Cronograma de vencimentos

O saldo não circulante em 31 de dezembro de 2016 apresentava o seguinte cronograma de vencimentos:

Ano	Controladora			Consolidado		
	PPI	REFIS	Total	PPI	REFIS	Total
2018	208	432	640	208	553	761
2019	139	318	457	139	441	580
2020	-	161	161	-	282	282
Após 2020	-	562	562	-	766	766
	<u>347</u>	<u>1.473</u>	<u>1.820</u>	<u>347</u>	<u>2.042</u>	<u>2.389</u>

11. PROVISÕES

	Consolidado		
	Garantias (a)	Riscos tributários, cíveis e trabalhistas (b)	Total
Saldos finais em 31/12/2015	10.479	1.937	12.416
Variações líquidas no exercício	(441)	3.931	3.490
Saldos finais em 31/12/2016	<u>10.038</u>	<u>5.868</u>	<u>15.906</u>
Circulante em 31/12/2016	<u>2.782</u>	<u>-</u>	<u>2.782</u>
Não circulante em 31/12/2016	<u>7.256</u>	<u>5.868</u>	<u>13.124</u>
Circulante em 31/12/2015	<u>2.243</u>	<u>-</u>	<u>2.243</u>
Não circulante em 31/12/2015	<u>8.236</u>	<u>1.937</u>	<u>10.173</u>
Saldos finais em 31/12/2015	<u>10.479</u>	<u>1.937</u>	<u>12.416</u>

- (a) A Companhia concede período de garantia sobre os imóveis com base na legislação vigente, pelo período de cinco anos. Uma provisão é reconhecida considerando a estimativa dos custos a serem incorridos no atendimento de eventuais reivindicações.

A constituição da provisão para garantias é registrada na controlada ao longo da construção dos empreendimentos administrados pela Companhia e, após a entrega destes, tem início o processo de reversão da provisão de acordo com a curva de gastos históricos definidos pela área de Engenharia. A prestação de serviços de assistência técnica é realizada pela controlada, e na data da prestação, reconhecida no resultado, na rubrica "Manutenção de obras prontas".

- (b) Durante o curso normal de seus negócios, a Companhia e suas controladas ficam expostas a certas contingências e riscos. A provisão é estabelecida por valores atualizados, para processos trabalhistas, cíveis e tributários em discussão nas instâncias administrativas e judiciais, com base na opinião dos consultores jurídicos da Companhia, para os casos em que a perda é considerada provável.

Em 31 de dezembro de 2016, a provisão está relacionada a processos trabalhistas, cíveis e tributários, com saldo de R\$5.868 (R\$1.937 em 31 de dezembro de 2015).

Adicionalmente, a Companhia possuía em 31 de dezembro de 2016, os seguintes valores relativos a processos classificados pelos consultores jurídicos como perdas possíveis, os quais não têm provisão reconhecida contabilmente:

<u>Natureza</u>	<u>Valor</u>
Trabalhista	14.831
Tributária	201
Cível	<u>3.777</u>
	<u>18.809</u>

As declarações de rendimentos da Companhia e de suas controladas estão sujeitas à revisão e aceitação final pelas autoridades fiscais, por período prescricional de cinco anos. Outros encargos tributários e previdenciários, referentes a períodos variáveis de tempo, também estão sujeitos a exame e aprovação final pelas autoridades fiscais.

Adicionalmente, em agosto de 2013 o Ministério Público do Trabalho distribuiu Ação Civil Pública contra a Companhia, cujo valor inicialmente atribuído foi de R\$100 milhões, considerando multa a título de dano moral a favor do FAT (Fundo de Amparo do Trabalhador). A contestação da Companhia foi protocolada e a audiência de instrução inicialmente marcada para 14 de agosto de 2014, e adiada pelo Juiz para o dia 13 de fevereiro de 2015.

A defesa da Companhia consiste em demonstrar a qualidade empregada em segurança e saúde do trabalho, bem como em esclarecer e refutar a absoluta impropriedade do procedimento e das acusações feitas pelo Ministério Público do Trabalho. As cominações apontadas pelo último se apoiam em laudo deficiente que apresenta situações absolutamente genéricas e subjetivas. A acusação também elenca inúmeros apontamentos repetitivos, agravando sobremaneira a imposição das multas aplicadas, conforme expressamente demonstrado na defesa apresentada pela Companhia.

Em 13 de fevereiro de 2015 ocorreu a audiência de instrução supramencionada, onde constou expressamente em ata a proposta de acordo do Ministério Público do Trabalho, consistente no pagamento de multa no valor de R\$750, combinado com obrigações de fazer na área de saúde e segurança do trabalho. Decorrido o prazo, a Companhia não aceitou o acordo.

A sentença procedente foi publicada em 8 de dezembro de 2015 e condenou a Companhia à obrigação de fazer na área de saúde e segurança do trabalho, sob pena de multa diária no caso de descumprimento, e ainda ao pagamento de dano moral coletivo arbitrado em R\$500 em favor do FAT (Fundo de Amparo ao Trabalhador).

A Companhia ingressou com Recurso Ordinário contra a sentença e apresentou petição de juntada a fim de comprovar o cumprimento das obrigações de fazer. O Acórdão resultante dos recursos apresentados pelas Partes, assinado/emitido em 13 de dezembro de 2016 (publicado em 31 de janeiro de 2017), manteve a condenação de primeira instância da Companhia em dois tópicos: (1) indenização por danos morais coletivos; e (2) obrigações de fazer elencadas na inicial, mediante cominação judicial. No tocante ao dano moral coletivo, aumentou a indenização para R\$5 milhões, e, no que se refere às obrigações de fazer apontadas na inicial, elevou a multa judicial para R\$50 em caso de descumprimento. A Companhia apresentou embargos de declaração em 6 de fevereiro de 2017 e aguarda seu julgamento.

Sendo assim, os assessores jurídicos consideram possíveis as chances de êxito da Companhia em referida ação, razão pela qual a Administração não apresenta provisão nas demonstrações financeiras.

12. IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL

- a) A reconciliação da despesa com imposto de renda e contribuição social correntes e diferido é como segue:

	Controladora	
	31/12/2016	31/12/2015
Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social	8.930	15.152
Efeito das diferenças permanentes:		
Resultado de equivalência patrimonial	(11.660)	(13.488)
Efeito das variações das diferenças temporárias:		
Outras adições, líquidas	3.932	72
Base de cálculo	1.202	1.736
Compensação de prejuízo fiscal	(361)	-
Resultado fiscal ajustado	841	1.736

	Controladora	
	31/12/2016	31/12/2015
Imposto de renda e contribuição social (24%)	202	416
Adicional em determinados meses de apuração	60	150
Prejuízo Fiscal e base negativa não constituídos	4.462	-
Despesa de imposto de renda e contribuição social	<u>4.724</u>	<u>566</u>
Correntes	262	-
Diferidos	4.462	566
	Consolidado	
	31/12/2016	31/12/2015
Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social	13.181	17.119
Provisão para assistência técnica e garantia de obras	2.595	(283)
Lucro antes dos impostos nas empresas tributadas pelo lucro presumido	(12.208)	(13.075)
Outras adições líquidas	4.450	-
Base de cálculo das empresas optantes pelo lucro real	<u>8.018</u>	<u>3.761</u>
Compensação de prejuízo fiscal	(2.429)	-
Resultado fiscal ajustado	<u>5.589</u>	<u>3.761</u>
Imposto de renda e contribuição social 24%	1.341	903
Adicional em determinados meses de apuração	535	352
Prejuízo fiscal e base negativa não constituídos	6.663	-
Imposto de renda e contribuição social das controladas optantes pelo lucro presumido	<u>435</u>	<u>1.278</u>
Despesa de imposto de renda e contribuição social	<u>8.974</u>	<u>2.533</u>
Correntes	2.311	1.765
Diferidos	6.663	768

Substancialmente, o imposto de renda e a contribuição social correntes no consolidado em 31 de dezembro de 2016 e de 2015 representam os tributos sobre o lucro presumido sobre sociedades controladas, como segue:

	Consolidado	
	31/12/2016	31/12/2015
Receita bruta sobre serviços das controladas	2.986	8.636
Alíquota combinada	<u>10,88%</u>	<u>10,88%</u>
Expectativa de despesa	325	940
Outras receitas	<u>110</u>	<u>338</u>
	<u>435</u>	<u>1.278</u>

b) Impostos diferidos

O imposto de renda e a contribuição social diferidos em 31 de dezembro de 2015 tinha a seguinte origem:

	<u>Controladora</u> <u>31/12/2015</u>	<u>Consolidado</u> <u>31/12/2015</u>
Ativo fiscal diferido:		
Base de cálculo do imposto de renda e da contribuição social diferido	13.123	19.579
Alíquota	34%	34%
	<u>4.462</u>	<u>6.657</u>

O valor contábil do ativo fiscal diferido é revisado anualmente pela Companhia, com base em suas projeções de geração de resultados positivos futuros, determinadas em estudos técnicos aprovados pela Administração. Em 31 de dezembro de 2016, a Administração da Companhia avaliou que não há expectativa de geração de lucro tributável futuro, que suportem a recuperação desse ativo e optou por provisionar 100% do saldo remanescente.

13. PATRIMÔNIO LÍQUIDO

13.1. Capital social

O capital social da Companhia em 31 de dezembro de 2016 é de R\$16.000 (R\$12.000 em 31 de dezembro 2015), totalmente integralizado, representado por 124.040 ações ordinárias e 248.079 ações preferenciais, sem valor nominal.

Foi aprovado em Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária realizada no dia 31 de março de 2015, o aumento de capital sem a emissão de novas ações, mediante a capitalização de parte do saldo de reserva de retenção de lucros no valor de R\$4.000.

Em Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária realizada no dia 22 de março de 2016, foi aprovado o aumento de capital sem a emissão de novas ações, a ser totalmente integralizado mediante a capitalização de parte do saldo de reserva de retenção de lucros no valor de R\$4.000.

As ações possuem as seguintes características:

Ação preferencial

- As ações preferenciais não têm direito a voto, respeitadas as determinações legais. Em futuros aumentos de capital por subscrição, a Companhia poderá, a qualquer tempo, propor aumentos do capital social por subscrição sem guardar a proporcionalidade existente entre as ações ordinárias e preferenciais, limitadas as últimas até 2/3 do total do capital social.
- Aos possuidores de ações preferenciais são conferidas as seguintes vantagens: (i) prioridade na percepção de um dividendo mínimo anual e não cumulativo de 6,5% sobre o valor do capital social próprio ou a participação proporcional de 25% do lucro líquido, prevalecendo o valor maior; (ii) participação em igualdade de condições com as ações ordinárias na distribuição de lucros que excederem o mínimo deste parágrafo, bem como as bonificações por capitalização de reservas, lucros e correção monetária; e (iii) irresgatibilidade e prioridade, até o valor do capital social próprio a essa espécie de ação, como também participação proporcional no valor patrimonial, no caso de liquidação da Companhia.

Ação ordinária

- a) As ações ordinárias conferem o direito a um voto nas Assembleias Gerais ou o direito ao voto múltiplo nos casos e na forma previstos em lei.
- b) As ações ordinárias conferem direito ao recebimento de dividendos.

Em 31 de dezembro de 2016 a composição das ações ordinárias da Companhia está demonstrada da seguinte forma:

<u>Acionistas</u>	<u>Ações ordinárias</u>	<u>Capital votante - %</u>
LDI Desenvolvimento Imobiliário S.A.	116.996	94,32
José Oswaldo Morales Junior	6.378	5,14
Outros acionistas	666	0,54
	<u>124.040</u>	<u>100,00</u>

13.2. Destinação dos lucros

No fim do exercício social é constituída a título de reserva legal, 5% do lucro líquido do exercício até que atinja o montante de 20% do capital social da Companhia. Após a constituição da reserva, obrigatoriamente 25% do lucro remanescente será destinado a dividendos, ressaltando o direito dos proprietários das ações preferenciais, mencionadas acima.

O saldo do lucro líquido do exercício foi transferido para reserva de retenção de lucros cuja destinação será aprovada na próxima AGO, com a seguinte proposição: (a) absorção da reserva especial de R\$7.730; e (b) retenção do valor de R\$2.997, para futuro capital de giro e incremento de suas operações.

A destinação de lucro líquido do exercício findo em 31 de dezembro de 2016 é como segue:

	<u>R\$</u>
Lucro líquido do exercício	4.206
Reserva legal - 5%	<u>(210)</u>
Base de cálculo dos dividendos	3.996
Dividendos mínimos obrigatórios - 25%	999
Retenção de lucros	<u>2.997</u>
	<u>-</u>

13.3. Lucro por ação

Em atendimento ao pronunciamento técnico CPC 41 (IAS 33) - Resultado por Ação (aprovado pela Deliberação CVM nº 636/2010 - Resultado por ação), a Companhia apresenta a seguir as informações sobre o resultado por ação para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2016 e de 2015. O cálculo básico por ação é feito por meio da divisão do lucro líquido do exercício pela quantidade média ponderada de ações ordinárias e preferenciais disponíveis durante o exercício:

	<u>31/12/2016</u>	<u>31/12/2015</u>
Lucro líquido do exercício	4.206	14.586
Média ponderada das ações ordinárias e preferenciais em circulação	372.119	372.119
Lucro líquido por ação - básico, em R\$	11,30	39,20

A Companhia não possui dívida conversível em ação nem opções de ações concedidas, por isso, não calculou o lucro por ação diluído.

14. RECEITA LÍQUIDA

A receita líquida para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2016 e de 2015 possui a seguinte composição:

	Controladora		Consolidado	
	<u>31/12/2016</u>	<u>31/12/2015</u>	<u>31/12/2016</u>	<u>31/12/2015</u>
Receita de serviços	4.661	6.052	28.655	45.715
Receita de assistência técnica	-	-	2.410	5.061
Receita da venda de unidades imobiliárias	41	-	280	56
	<u>4.702</u>	<u>6.052</u>	<u>31.345</u>	<u>50.832</u>
(-) Impostos (*)	<u>(614)</u>	<u>(681)</u>	<u>(4.198)</u>	<u>(5.325)</u>
	<u>4.088</u>	<u>5.371</u>	<u>27.147</u>	<u>45.507</u>

(*) Os impostos incidentes sobre as receitas são: Programa de Integração Social - PIS, Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social - COFINS, Imposto Sobre Serviços - ISS e INSS sobre faturamento.

15. RESULTADO FINANCEIRO

	Controladora		Consolidado	
	<u>31/12/2016</u>	<u>31/12/2015</u>	<u>31/12/2016</u>	<u>31/12/2015</u>
Receitas financeiras:				
Aplicações financeiras	50	93	931	1.335
Variação monetária - contrato de vendas	-	-	312	364
Receita de atualização dos impostos a recuperar	17	73	186	162
Outras receitas financeiras	<u>70</u>	<u>28</u>	<u>70</u>	<u>110</u>
	<u>137</u>	<u>194</u>	<u>1.499</u>	<u>1.971</u>
Despesas financeiras:				
Atualização monetária de tributos parcelados	(324)	(283)	(389)	(363)
Juros e despesas bancárias	<u>(50)</u>	<u>(88)</u>	<u>(43)</u>	<u>(99)</u>
	<u>(374)</u>	<u>(371)</u>	<u>(432)</u>	<u>(462)</u>
	<u>(237)</u>	<u>(177)</u>	<u>1.067</u>	<u>1.509</u>

16. INFORMAÇÕES SOBRE A NATUREZA DOS CUSTOS E DAS DESPESAS

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2016	31/12/2015	31/12/2016	31/12/2015
Pessoal	(785)	(1.239)	(17.833)	(25.499)
Serviços de terceiros	(908)	(886)	(991)	(1.081)
Despesas gerais	(90)	(201)	(2.180)	(2.509)
Aluguéis e condomínios	(497)	(546)	(513)	(546)
Despesas de informática	(61)	(80)	(115)	(141)
Despesas legais e judiciais	(5)	(12)	(28)	(23)
Manutenção de obras prontas	-	-	(1.302)	(1.753)
Viagens e estadias	(11)	(71)	(39)	(73)
Despesas relacionadas a processos judiciais	(132)	(364)	(204)	(439)
Despesas com depreciação	(17)	(25)	(19)	(25)
Despesas comerciais	(20)	(13)	(31)	(25)
Impostos e taxas diversas	(83)	(77)	(104)	(87)
Provisão para garantias	-	-	440	(1.822)
Constituição de provisão para riscos	(3.931)	(252)	(3.931)	(252)
Reversão de provisão para bônus	-	-	2.731	-
Outras receitas (despesas), líquidas	(41)	236	1.846	2.335
	<u>(6.581)</u>	<u>(3.530)</u>	<u>(22.273)</u>	<u>(31.940)</u>
Classificadas como:				
Custo dos serviços prestados	(439)	(576)	(16.455)	(23.327)
Despesas gerais e administrativas	(6.182)	(3.190)	(10.627)	(11.003)
Outras receitas operacionais, líquidas	40	236	4.809	2.390
	<u>(6.581)</u>	<u>(3.530)</u>	<u>(22.273)</u>	<u>(31.940)</u>

17. INSTRUMENTOS FINANCEIROS

a) Considerações sobre riscos

Riscos de crédito e de realização

Esses riscos são administrados por normas específicas de análise de crédito e estabelecimento de limites de exposição por cliente. Adicionalmente há análises específicas e normas para aplicações em instituições financeiras e tipos de investimentos ofertados no mercado financeiro.

Risco de taxa de juros

As receitas e despesas da Companhia são afetadas pelas mudanças nas taxas de juros devido aos impactos que essas alterações têm nas despesas de juros provenientes dos instrumentos de dívida com taxas variáveis.

Risco de variação cambial

A Companhia não possui operações com moeda estrangeira sujeitas à variação cambial.

Risco de liquidez

A Companhia gerencia o risco de liquidez efetuando uma administração baseada em fluxo de caixa, mas ainda pode depender, embora de forma reduzida de obtenção de empréstimos com terceiros e com o acionista controlador para seu equilíbrio financeiro. Eventuais descasamentos entre ativos e passivos são constantemente monitorados.

b) Valorização dos instrumentos financeiros

Valor de mercado dos instrumentos financeiros

Caixa e equivalentes de caixa (caixa, bancos e aplicações financeiras) e saldo a receber de clientes são considerados instrumentos financeiros cujos valores de mercado são substancialmente similares aos saldos contábeis.

O saldo a receber de clientes é atualizado a índices contratuais praticados no mercado.

Os juros sobre os financiamentos estão na média praticada atualmente pelo mercado e os saldos estão sendo atualizados de acordo com os contratos firmados.

c) Hierarquia de valor justo

A Companhia utiliza a seguinte hierarquia para determinar e divulgar o valor justo de instrumentos financeiros pela técnica de avaliação:

- Nível 1: preços negociados (sem ajustes) em mercados ativos para ativos idênticos ou passivos.
- Nível 2: inputs diferentes dos preços negociados em mercados ativos incluídos no Nível 1 que são observáveis para o ativo ou passivo, diretamente (como preços) ou indiretamente (derivados dos preços).
- Nível 3: inputs para o ativo ou passivo que não são baseados em variáveis observáveis de mercado (inputs não observáveis).

A seguir o nível de hierarquia dos instrumentos financeiros da Companhia:

<u>Natureza</u>	<u>Classificação</u>	Hierarquia do valor justo	<u>31/12/2016</u>		<u>31/12/2015</u>	
			<u>Contábil</u>	<u>Valor justo</u>	<u>Contábil</u>	<u>Valor justo</u>
Ativo:						
Caixa e equivalentes de caixa	Empréstimos e recebíveis	Nível 2	6.733	6.733	18.120	18.120
Passivo:						
Fornecedores nacionais	Outros passivos financeiros	Nível 3	290	290	266	266

d) Operações com instrumentos derivativos

Em 31 de dezembro de 2016 e de 2015 a Companhia e suas controladas não possuíam operações de derivativos e nem de risco semelhante.

Análise da sensibilidade das aplicações financeiras

Os principais riscos atrelados às operações da Companhia estão ligados à variação do CDI adicionado aos juros divulgados na nota explicativa nº 4 para capital de giro.

Com a finalidade de verificar a sensibilidade do indexador nas aplicações ao qual a Companhia está exposta na data-base 31 de dezembro de 2016, foram definidos três cenários diferentes. Com base nas taxas do CDI vigentes em 31 de dezembro de 2016, foi definido o cenário provável para um período de 12 meses e a partir deste calculadas variações de 25% e 50%.

Em 31 de dezembro de 2016, o saldo consolidado de aplicações financeiras apresenta a seguinte composição em relação à taxa de juros:

	Risco	Cenário provável (valor contábil projetado)	Cenário I - 25%	Cenário II - 50%
Aplicações financeiras	CDI	14,00%	10,50%	7,00%
Posição contábil em 31/12/2016 - R\$6.408		897	673	449

18. SEGUROS

A Companhia adota a política de contratar cobertura de seguros para os bens sujeitos a riscos para cobrir eventuais sinistros, considerando a natureza de sua atividade.

As coberturas de seguros em 31 de dezembro de 2016 estão demonstradas a seguir:

- a) Riscos de engenharia - R\$341.910.
- b) Responsabilidade cível - R\$38.000 - cobertura por danos materiais e corporais causados involuntariamente a terceiros decorrentes da execução da obra, instalações e montagens no local objeto do seguro.

As premissas de riscos adotadas, dada a sua natureza, não fazem parte do escopo da revisão das demonstrações financeiras, consequentemente, não foram revisadas pelos nossos auditores independentes.

19. APROVAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

As demonstrações financeiras da Companhia foram aprovadas pela Diretoria em 17 de fevereiro de 2017.